**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA**

**PROCESSO Nº 430/10
PLL Nº 8/10.**

PARECER PRÉVIO

É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei do Legislativo em epígrafe, que institui a o bloqueio de acesso a sites que contenham conteúdo pornográfico ou que façam apologia às drogas, à pedofilia e à violência no âmbito do Poder Público Municipal.

Consoante dispõe a Carta Magna, é da competência dos Municípios auto-organizar e prestar seus serviços, e legislar sobre matérias de interesse local (artigos 23, inciso X, e 30, inciso I).

A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, de forma coerente com os preceitos constitucionais, estatui competir a este prover tudo quanto concerne ao interesse local, visando o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, e estabelecer suas leis e atos relativos aos assuntos de interesse local (art. 9º, incisos II e III).

Consoante se infere do exposto, há previsão legal para atuação do legislador municipal no âmbito da matéria objeto da proposição.

Contudo, por força do disposto na Lei Orgânica e no Regimento deste Legislativo, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo e à Mesa Diretora realizar a administração dos respectivos Poderes e promover iniciativa de leis relativas a seus serviços e a regime jurídico de seus servidores (LOMPA, art. 94, incisos IV e VII, letra "b"; Regimento, art. 15, inciso I, letra "a", item 1), preceitos que, s.m.j., restam afetados pelo conteúdo normativo do projeto de lei.

É o parecer que submeto à deliberação superior.

Em 20 de maio de 2.010.

Claudio Roberto Velasquez
Procurador – OAB/RS 18.594

À Diretoria Legislativa, com o parecer prévio desta Procuradoria, para os devidos fins.

Em 20/05/2010

Marion Huf Marrone Alimena
Procuradora-Geral
OAB/RS 12.281